



Emenda Constitucional da Previdência é promulgada

Economia estimada com as mudanças é de cerca de R\$ 800 bilhões em dez anos. A PEC foi apresentada em fevereiro e tramitou por seis meses na Câmara e quase três no Senado

A Emenda Constitucional 103, que altera o sistema previdenciário, foi promulgada na terça-feira pelos presidentes do Senado, Davi Alcolumbre, e da Câmara, Rodrigo Maia. O objetivo da proposta é reduzir o déficit nas contas da Previdência. Em dez anos, a estimativa da economia é de cerca de R\$ 800 bilhões.

Davi classificou o dia da promulgação como histórico e considerou a reforma da Previdência como uma das mais importantes alterações feitas nos 31 anos da Constituição. Ele destacou o esforço coletivo dos parla-

mentares para a aprovação da proposta ainda este ano.

Rodrigo Maia disse que o Congresso concluiu um ciclo importante sobre um tema decisivo para o futuro do país.

A emenda instituiu novas alíquotas para a Previdência, além da exigência de idade mínima para que homens e mulheres se aposentem. As regras já entraram em vigor, exceto para alguns pontos específicos. É o caso, por exemplo, das novas alíquotas de contribuição, que começarão a ser aplicadas sobre o salário de março de 2020, normalmente pago em abril. **4 e 5**



Genardo Magalo/Agência Senado

Rodrigo Maia e Davi Alcolumbre mostram um exemplar da emenda constitucional que foi promulgada na terça-feira

Destaques à PEC Paralela serão analisados nesta semana

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, decidiu adiar para esta semana a conclusão da votação da PEC Paralela, que altera dispositivos da reforma da Previdência.

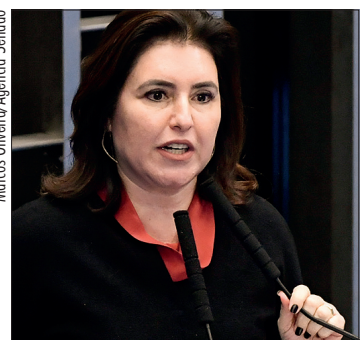
O texto-base foi aprovado em primeiro turno no dia 6, mas ficaram pendentes quatro destaques de partidos relativos a emendas rejeitadas pelo relator, Tasso Jereissati. **4 e 5**



Marcos Oliveira/Agência Senado

Falta votar destaques sobre emendas rejeitadas pelo relator, Tasso Jereissati (D)

Colegiado vota PEC da segunda instância na quarta, diz Simone



Marcos Oliveira/Agência Senado

Para Simone, é responsabilidade do Congresso se posicionar sobre o tema

A PEC da prisão em segunda instância será votada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. A informação foi dada pela presidente do colegiado, Simone Tebet, que disse que a proposta de emenda à Constituição será o primeiro item da pauta da reunião de quarta-feira, conforme acerto com o presidente do Senado, Davi Alcolumbre. **5**

Estados Unidos poderão usar a Base de Alcântara

O Senado aprovou na terça-feira o acordo que permite a participação dos EUA em lançamentos a partir do Centro de Lançamento de Alcântara, no Maranhão. O texto havia sido aprovado na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e será promulgado. **3**

Chipre e Sri Lanka têm novos embaixadores **3**

Comissão debate hoje regras para salário-educação **8**

Vai à Câmara projeto que amplia restrições ao cigarro

O Senado aprovou projeto que amplia medidas de combate ao tabagismo. Entre elas, estão proibição

de exposição dos produtos em pontos de venda e eliminação de substâncias que conferem sabor e aroma. **6**



Raquel de Sá/Agência Senado

Leila Barros, relatora, José Serra, autor, e Antonio Anastasia em Plenário

Senado mais digital. A boa informação mais perto de você.

NOTÍCIAS VIA WHATSAPP

Receba, em seu celular, notícias sobre as principais decisões tomadas no Senado, com imagens e links para aprofundamento.

Acesse bit.ly/whatsappsenado para se cadastrar.



PEC do Pacto Federativo aumenta repasses da União

Proposta apresentada pelos líderes do governo no Senado e no Congresso pode resultar em repasses a estados e municípios de até R\$ 400 bi em 15 anos. Expectativa é que seja votada nas duas Casas até meados de 2020

O MINISTRO DA Economia, Paulo Guedes, trabalhou em três eixos ao apresentar a Proposta de Emenda à Constituição do Pacto Federativo (PEC 188/2019), que pode entregar aos estados e municípios até R\$ 400 bilhões em 15 anos. A fórmula é descentralizar, desindexar e desvincular. Para Guedes, a falta de flexibilidade orçamentária engessa a gestão pública, uma vez que, pelas contas do Tesouro, 67% das despesas primárias da União são indexadas.

O governo quis que o Senado, conhecido como a Casa da Federação, fosse o primeiro a avaliar a PEC porque ela reestrutura todo o pacto federativo. Coube aos líderes do governo no Senado e no Congresso, senadores Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) e Eduardo Gomes (MDB-TO), respectivamente, apresentar a proposta que, depois, recebeu as assinaturas necessárias de senadores (27 ou mais) para que o texto pudesse começar a tramitar na Casa. A expectativa do governo é de que a PEC do Pacto Federativo possa ser aprovada até meados do ano que vem, nas duas Casas.

A proposta pretende dar fôlego aos gestores nos três níveis da Federação. Para isso, por exemplo, prevê a unificação dos gastos mínimos em saúde e educação: hoje os estados destinam para a saúde pelo menos 12% da receita corrente líquida (soma de receitas tributárias, contribuições patrimoniais, industriais, agropecuárias e de serviços, transferências correntes, entre outras — exceto a parte que é dos estados e municípios por determinação constitucional) e 25% da receita líquida de transferências para



Relator da proposta, Bittar conversa com o líder do governo, Bezerra

educação. No caso dos municípios, os percentuais são 15% e 25%, respectivamente. A PEC agrega os percentuais (40%) de forma que um prefeito poderá, por exemplo, aplicar 20% em saúde e os outros 20% em educação.

Com a PEC do Pacto Federativo, o governo tem alvos definidos: indicadores importantes para a economia brasileira, como os sociais (saúde e educação), fiscais e de concorrência em mercados regulados.

Má gestão

“A PEC dá mais autonomia para estados e municípios através da distribuição de recursos e suas alocações, ampliando também a responsabilidade dos gestores no cuidado com as contas públicas”, diz a justificativa da PEC.

O texto veda socorro da União aos entes federativos para evitar que a má gestão fiscal seja premiada. Atualmente, a União “salva” estados endividados, ou seja, tira de quem administrou bem para pagar as contas dos que administraram mal.

Para que a União não tenha mais que intervir nas dívidas dos estados, a PEC prevê o fim

da garantia federal às operações de crédito dos demais entes, a partir de 2026, inclusive das entidades da administração direta. A exceção vai para empréstimos com organismos internacionais multilaterais, como o Banco Mundial.

Há outras salvaguardas para o dinheiro não escoar dos caixas de estados e municípios livremente. Entre as regras, a mais importante é a que veda o uso do dinheiro para pagar despesa de pessoal. Outra exigência é a revogação do pagamento anual de R\$ 1,95 bilhão a título de seguro-receita da desoneração de exportações (Lei Kandir — Lei Complementar 87, de 1996).

A União só aceita distribuir o bolo se acabarem as disputas judiciais sobre o tema. Outro condicionante para as transferências é que o dinheiro seja usado para o pagamento de precatórios — ponto considerado polêmico pelos senadores.

O relator da PEC, Marcio Bittar (MDB-AC), destacou em sua conta no Twitter que mais recursos chegarão às prefeituras e aos estados que atendem as pessoas em saúde, educação e segurança pública.

— É um passo para modernizar e fazer o Brasil avançar.

Extinção do DPVAT será analisada pelo Congresso

Foi publicada na terça-feira a Medida Provisória 904/2019, que extingue, a partir de 1º de janeiro de 2020, o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT). Segundo o governo, a medida foi recomendada pelo Tribunal de Contas da União (TCU) para evitar fraudes. Em 2018, a arrecadação bruta do DPVAT alcançou R\$ 4,7 bilhões

Em 2016, o tribunal verificou que o cálculo do prêmio do DPVAT incorporou, entre 2008 e 2012, despesas irregulares de aproximadamente R\$ 440 milhões, o que tornou o seguro

mais caro para os proprietários de veículos.

Conforme a MP, os acidentes ocorridos até 31 de dezembro deste ano continuarão cobertos pelo DPVAT. A Seguradora Líder, gestora do DPVAT, permanecerá responsável pela cobertura dos acidentes ocorridos até 31 de dezembro de 2025. Após essa data, a responsabilidade passará a ser da União.

A medida provisória também extingue o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Embarcações ou por sua Carga (DPEM), que dá cobertura a vítimas de acidentes com embarcações.

Segundo o ministério, esse seguro está inoperante desde 2016.

A MP 904/2019 determina também que a Seguradora Líder transfira ao Tesouro Nacional os recursos não vinculados ao pagamento de coberturas em três parcelas anuais de R\$ 1,25 bilhão, entre 2020 e 2022. Eventual saldo remanescente será transferido após a publicação do balanço de 2025.

O Congresso criará uma comissão mista para analisar o texto, que será votado nos Plenários da Câmara e do Senado.

Da Agência Câmara

Medida provisória cria programa para estimular contratação de jovens

O presidente Jair Bolsonaro criou na terça-feira o Contrato de Trabalho Verde e Amarelo, um programa que incentiva a contratação de pessoas entre 18 e 29 anos, entre 1º de janeiro de 2020 e 31 de dezembro de 2022 (MP 905/2019). A MP faz parte de um pacote de medidas para reduzir o desemprego no país, que atingia 12,5 milhões de pessoas em outubro. A medida prevê salário de até 1,5 salário mínimo por mês

e contrato por até 24 meses. As empresas poderão ter até 20% dos seus empregados contratados nessas condições e terão isenção da contribuição previdenciária patronal e do salário-educação. A MP 905/2019 muda a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para tratar do pagamento de gorjetas, trabalho aos sábados e domingos e feriados, entre várias medidas.

Da Agência Câmara

Senado precisa discutir miséria extrema, diz Dário

Dário Berger (MDB-SC) citou na terça-feira em Plenário reportagem da revista *IstoÉ* com o título “A Escalada da Miséria no Brasil”. Segundo o senador, a reportagem revela “informações estarrecedoras” ao divulgar pesquisa do IBGE, informando que cerca de 13,5 milhões de brasileiros vivem com pouco mais de R\$ 4 por dia.

— Precisamos discutir o assunto aqui nesta Casa, buscar soluções legislativas, e cobrar do governo atenção às políticas sociais — afirmou o senador.



Waldemir Bonetto/Agência Senado

Pacote reduzirá o desemprego, afirma Luis Carlos Heinze

Luis Carlos Heinze (PP-RS) afirmou na terça-feira que a tramitação no Congresso do Pacote Mais Brasil, aliado à promulgação da Emenda Constitucional 103, de 2019, que altera o sistema de Previdência, representa o caminho para o avanço do país.

— Se quisermos diminuir os 20 milhões desempregados ou subempregados, temos que facilitar a vida daqueles que querem investir.

Ele também destacou ações do governo Bolsonaro, como a criação de 700 mil empregos



Waldemir Bonetto/Agência Senado

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/atividadeLegislativa>



SEG	CDH Abolição da Escravatura 9h Debate sobre Abolição da Escravatura.	CAS Fenilcetonúria 9h30 Pauta de 33 itens. Às 11h, debate sobre o tratamento da fenilcetonúria.
	PLENÁRIO Sessão não deliberativa 14h Discursos e avisos da Mesa.	CMCVM Violência estrutural 10h Debate sobre violência estrutural.
	CE Salário-educação 14h Debate sobre o PL 5.695/2019, que transfere a cota da União do salário-educação para estados e municípios	SESSÃO ESPECIAL Gastos públicos 10h Lançamento de frente parlamentar.
	SESSÃO ESPECIAL Ensino técnico 16h Comemoração dos 110 anos do ensino técnico e profissionalizante no Brasil.	CRA Poços artesanais 11h Entre 10 itens, o PLC 111/2015, que aprova consórcio para compra de máquinas de poços artesanais.
TER	CDH Justiça do Trabalho 9h Debate com foco na Justiça do Trabalho.	CPMI DAS FAKE NEWS Depoimento 13h Deputada federal Joice Hasselmann.
	CI Exploração do petróleo do pré-sal 9h Audiência para discutir o PL 3.178/2019, que muda regras de exploração do petróleo do pré-sal.	CMMC Regulação do Acordo de Paris 14h30 Audiência sobre o Acordo de Paris.
	SESSÃO ESPECIAL Federal do Amazonas 10h Homenagem à Ufam.	MP 897/2019 Fundo de Aval Fraternal 14h30 Audiência pública.
QUA	CPMI DAS FAKE NEWS Depoimentos 13h Francisco Brito Cruz, do InternetLab; Emerson Wendt, delegado e especialista em crimes cibernéticos; e Pablo Cerdeira, coordenador do Centro de Big Data da Fundação Getúlio Vargas.	CAS Primeiro emprego 9h30 Debate sobre o PL 5.228/2019, que institui a Nova Lei do Primeiro Emprego.
	CDR Desenvolvimento regional 9h Audiência para avaliar os centros de desenvolvimento regional.	SESSÃO ESPECIAL Irmã Dulce 10h Celebração da canonização.
		SESSÃO ESPECIAL Fortalezas de SC 14h Comemoração dos 40 anos de gestão da UFSC nas fortalezas de defesa da Ilha de Santa Catarina.
SEX		SESSÃO ESPECIAL Consciência negra 14h Dia Nacional da Consciência Negra.

Previsão atualizada às 18h de terça-feira pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/integraPlenario>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/integraComissoes>

Aprovado uso da base de Alcântara pelos EUA

Para o governo, o acordo tornará os lançamentos de objetos espaciais comercialmente viáveis, gerando divisas para o desenvolvimento do Programa Espacial Brasileiro

O SENADO APROVOU na terça-feira o acordo que permite a participação dos Estados Unidos em lançamentos a partir do Centro de Lançamento de Alcântara, no Maranhão. O texto havia sido aprovado pela manhã na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) e, como não necessita da sanção presidencial, será promulgado.

O Projeto de Decreto Legislativo 523/2019 ratifica o texto do Acordo de Salvaguardas Tecnológicas entre o Brasil e os Estados Unidos, assinado em Washington em 18 de março de 2019. As negociações foram conduzidas pelos Ministérios das Relações Exteriores, da Defesa, e da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

De acordo com o governo, o acordo pode contribuir para tornar lançamentos de objetos espaciais comercialmente viáveis, o que geraria divisas para o desenvolvimento do



Weverton e o ministro Marcos Pontes ouvem o relator, Roberto Rocha

Programa Espacial Brasileiro. Outro argumento é que as patentes de grande parte dos componentes tecnológicos dos objetos da indústria aeroespacial são dos Estados Unidos e o acordo prevê transferência de tecnologia.

Relatório

O texto proíbe o lançamento de espaçonaves ou veículos de lançamento de países sujeitos a sanções estabelecidas pelo Conselho de Segurança das

Nações Unidas ou cujos governos tenham repetidamente apoiado atos de terrorismo internacional. Também não será permitido o ingresso de equipamentos, tecnologia, mão de obra ou recursos financeiros de países que não sejam membros do Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis (MTCR, na sigla em inglês).

Para o relator, Roberto Rocha (PSDB-MA), o acordo colocará o Brasil no mercado global

de lançamentos de carga ao espaço, além de destravar a operação comercial de Alcântara e viabilizar a implantação da política espacial brasileira.

Entre os resultados, ele mencionou a expansão tecnológica, o desenvolvimento social e o crescimento econômico. Segundo o senador, a parceria pode induzir atividades econômicas em apoio aos serviços de lançamento, gerar mão de obra especializada, alavancar o setor de serviços e incrementar a arrecadação de impostos no Maranhão.

— Estamos tratando de um ativo econômico infinito porque o minério um dia acaba, o petróleo um dia vai acabar, mas a altura de Alcântara nunca vai acabar — disse o relator, em referência à latitude da base de lançamento.

O ponto onde a base se localiza é estratégico porque a velocidade de rotação da Terra é maior nas áreas próximas ao

Equador do que no restante do planeta, o que facilita os lançamentos. A base de Alcântara está pouco mais de 2 graus ao sul da linha imaginária, que divide o planeta ao meio.

Weverton (PDT-MA) também defendeu o acordo. Para o senador, a aprovação é positiva não só para o desenvolvimento da indústria aeroespacial nacional, mas também para o desenvolvimento da região de Alcântara.

O vice-líder do PT, Rogério Carvalho (SE), recomendou o voto contrário aos colegas de bancada.

— Esta cooperação pode reduzir a capacidade do nosso país de desenvolver tecnologia e de se transformar em um grande *player* lançador de foguete e desenvolvedor de tecnologia espacial. Nós temos um posicionamento contrário a essa cooperação da forma como ela está sendo proposta — explicou.

País troca embaixadores no Chipre e em Sri Lanka

O Plenário aprovou na terça-feira a indicação do diplomata Eduardo Augusto Ibiapina de Seixas para embaixador na República do Chipre. Relatada por Eliziane Gama (Cidadania-MA), a nomeação recebeu 51 votos favoráveis, 3 contrários e 2 abstenções.

Também foi aprovado a indicação do diplomata Sergio Luiz Canaes para embaixador na República Democrática Socialista do Sri Lanka e, cumulativamente, na República das Maldivas. A indicação recebeu 37 votos favoráveis, 2 contrários e 2 abstenções e contou com relatório de Vanderlan Cardoso (PP-GO).

Em sabatina na Comissão de Relações Exteriores (CRE), em setembro, Seixas destacou que o Chipre descobriu recentemente a terceira maior jazida de gás natural conhecida em todo o mundo (o campo Glafkos), e empresas brasileiras do setor podem se beneficiar das

oportunidades que se abrem. Ele destacou também que empresas cipriotas já dispõem de um estoque de investimentos na economia brasileira que chega a US\$ 645 milhões (cerca de R\$ 2,7 bilhões).

O Chipre situa-se na intersecção de três continentes: Europa, do qual oficialmente faz parte, Ásia e África, tendo o grego como língua oficial. Brasil e Chipre mantêm relações diplomáticas desde 1966. Já as relações comerciais entre os dois países vêm desde 2008, tendo saldo favorável ao Brasil de US\$ 44,7 milhões. A situação superavitária do Brasil com o Chipre resulta principalmente das exportações de óleo combustível, sucedido pela exportação de tubos metálicos e café.

Sobre o Sri Lanka, Canaes disse em sabatina na CRE que pretende retomar a exportação de açúcar. Esse comércio foi interrompido em 2016,

depois que autoridades do país asiático encontraram 300 quilos de cocaína escondidos em um contêiner de açúcar proveniente do Brasil. Foi a maior apreensão de drogas da história daquela nação.

A quebra da corrente comercial fez com que, em 2018, pela primeira vez na história, o Brasil registrasse déficit nas trocas bilaterais com o Sri Lanka. O tráfico de drogas é considerado um crime de grande gravidade no país, podendo gerar prisão perpétua. Hoje três brasileiros estão presos no Sri Lanka devido ao crime, e a embaixada do Brasil negocia a sua extradição.

As relações diplomáticas entre o Brasil e o Sri Lanka foram estabelecidas em 1960. Localizado na Ásia Meridional, o país tem economia baseada em produtos primários, como chá, borracha, coco, grafite e pescado, além de produtos têxteis.

Convidados elogiam MP que expande o crédito rural

Em audiência pública na comissão mista da medida provisória do crédito rural, na terça-feira, a maioria dos convidados elogiou as medidas para aumentar recursos destinados ao agronegócio e à criação de um fundo solidário para renegociação de dívidas e construção de armazéns (MP 897/2019).

Representantes do governo, dos bancos oficiais e dos produtores disseram que a medida contribuirá para re-

duzir o custo do crédito rural e aumentar a competitividade.

Claudio Moreira, representante do Banco Central; Rogério Boueri Miranda, do Ministério da Economia; Álvaro Schwerz Tosetto, do Banco do Brasil; Caio Araújo, do BNDES; André Meloni Nassar, da Associação Brasileira da Indústria de Óleos Vegetais; Arney Antonio Frasson, da Associação das Empresas Cerealistas do Brasil; e Fernanda Schwantes, da Confederação

da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), declararam apoio às mudanças previstas na MP.

Já o representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, Décio Lauri Sieb, afirmou que a possibilidade de todas as instituições financeiras receberem subvenção para crédito rural poderá gerar facilidades para os grandes produtores, mas não necessariamente para a agricultura familiar.

Vai a Plenário acordo de céus abertos entre Brasil e Suíça

A Comissão de Relações Exteriores (CRE) aprovou na terça-feira projeto de decreto legislativo que ratifica o texto do acordo de céus abertos entre Brasil e Suíça, assinado em 2013, em Brasília. Relatado por Esperidião Amin (PP-SC), o PDL 634/2019 seguiu para o Plenário com requerimento de urgência.

O objetivo do acordo é estabelecer um marco legal para a operação de serviços aéreos entre os dois países e se baseia na chamada “política de céus abertos”, em que duas nações flexibilizam as regras para os voos comerciais entre ambas. O Brasil tem pactos semelhantes com Arábia Saudita, Costa Rica e Estados Unidos.

O acordo com a Suíça pos-

sui 24 artigos. As autoridades indicadas para implementar as regras comuns são a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), pelo Brasil, e o Escritório Federal de Aviação Civil, na Suíça.

O texto determina que nenhum dos países poderá limitar unilateralmente o volume de tráfego, a frequência, o número de destinos ou a regularidade do serviço da outra parte, exceto por razões de segurança. O acordo também prevê que as empresas aéreas de cada país terão direito de sobrevoar o território da outra parte sem pousar, fazer escalas no território da outra parte, entre outros pontos.

Com Agência Câmara

Colegiado aprova Grupo Parlamentar Brasil-Austrália

A Comissão de Relações Exteriores (CRE) aprovou na terça-feira projeto que institui o Grupo Parlamentar Brasil-Austrália. O texto, do senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB), busca incentivar e desenvolver as relações bilaterais entre os Legislativos dos dois países. O PRS 78/2019 será encaminhado ao Plenário com urgência.

O acordo prevê, entre outras medidas, a realização de congressos, seminários, simpósios e debates de natureza política, jurídica, social,

tecnológica, científica, ambiental, cultural, educacional, econômica e financeira, indispensáveis à análise, à compreensão, ao encaminhamento e à solução de problemas, visando ao desenvolvimento das relações bilaterais.

No relatório favorável ao texto, o senador Esperidião Amin (PP-SC) afirmou que o crescimento da diplomacia parlamentar possibilita o estreitamento de laços políticos e estratégicos entre os países e a interação entre seus Legislativos.

Davi e Maia promulgam Emenda da Reforma da Previdência

Apresentada em fevereiro, a PEC tramitou por seis meses na Câmara e quase três no Senado. Economia gerada deve ser de cerca de R\$ 800 bilhões em dez anos



O Congresso promulgou na terça-feira a Emenda Constitucional 103, de 2019, que altera o sistema de Previdência Social e estabelece regras de transição e disposições transitórias. Apresentada pelo governo em fevereiro, a PEC 6/2019 tramitou por seis meses na Câmara e quase três no Senado. O objetivo da proposta, segundo o Executivo, é reduzir o déficit nas contas da Previdência. A estimativa de economia é de cerca de R\$ 800 bilhões em dez anos.

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, classificou o dia como histórico e considerou a reforma da Previdência como uma das mais importantes alterações feitas na Constituição, em seus 31 anos de existência. Ele destacou o esforço coletivo dos parlamentares para aprovação ainda em 2019 e explicou que o Senado, como Casa da Federação, tinha o dever de acelerar a tramitação da proposta, a fim de promover ajustes nas contas da União, dos estados e dos municípios. Davi adiantou que as atenções devem se voltar agora à PEC Paralela (PEC 133/2019) e às demais reformas propostas pelo Poder Executivo.

— O Senado e a Câmara estão construindo um caminho para unirmos as forças do Parlamento, com a participação do governo federal, para realizarmos também uma reforma tributária em que o grande beneficiado será o povo brasileiro — declarou.

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia, disse que o Congresso



Entre senadores e deputados, os presidentes da Câmara, Rodrigo Maia, e do Senado, Davi Alcolumbre, seguram um exemplar da emenda constitucional que altera a Previdência Social.

concluiu um ciclo importante a respeito de um tema decisivo para o futuro do país. Ele ponderou que a Emenda Constitucional 103, aliada a outras reformas, como a tributária, reduz desigualdades ao taxar mais quem ganha mais. Maia disse que o Parlamento precisa ter coragem para enfrentar esses temas, porque o país não pode continuar a crescer com base no atendimento a interesses particulares.

— A política é a solução dos nossos problemas, e é aqui, nesta Casa, que nós vamos construir todas as soluções, de forma transparente, com diálogo, mas, acima de tudo, respeitando a nossa Constituição, reformando-a onde podemos reformá-la, respeitando-a e protegendo-a.

Foram preparados cinco exemplares da emenda destinados ao Senado, à Câmara, ao Supremo Tribunal Federal, à Presidência da República e ao Arquivo Nacional.

A emenda institui novas alíquotas de contribuição para a Previdência, além da exigência de idade mínima para que ho-

mens e mulheres se aposentem. As novas regras entram em vigor imediatamente, exceto para alguns pontos específicos, que valerão a partir de 1º de março de 2020. É o caso, por exemplo, das novas alíquotas de contribuição que começarão a ser aplicadas sobre o salário de março, que em geral é pago em abril.

Caminhos

O relator na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), Tasso Jereissati (PSDB-CE), classificou o tema como um dos mais difíceis, embora fundamentais para nortear os caminhos do país.

— É muito difícil fazer um texto em que se equilibre a consciência social, tão forte neste Congresso, com a preocupação com as populações mais vulneráveis e, ao mesmo tempo, ter em mente a importância do equilíbrio fiscal. Mas nós conseguimos fazer isso, tenho convicção.

O líder do governo, senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), destacou a iniciativa de Jair Bolsonaro, a atuação do ministro da Economia, Paulo Guedes,

e disse que a promulgação da Emenda 103 só foi possível graças à coordenação política dos presidentes do Senado e da Câmara. Bezerra elogiou o trabalho de Davi para o andamento da PEC, “numa Casa também marcada pela pluralidade”.

O líder do MDB, senador Eduardo Braga (AM), disse que o sacrifício exigido de todos os brasileiros com a reforma tem o mérito de evitar o colapso fiscal da Previdência, garantindo um sistema mais sustentável.

O senador Roberto Rocha (PSDB-MA) reconheceu o empenho dos presidentes do Senado e da Câmara, bem como dos líderes, para a promulgação da emenda. Segundo ele, além de promover justiça, a medida vai garantir a sustentabilidade fiscal da Previdência Social. No entanto, Rocha ponderou que não é apenas a reforma previdenciária que vai resolver os problemas do país.

—É, mais ou menos, como se ela tivesse uma função de estancar uma sangria, com um foco um pouco mais nas despesas, pisando no freio — afirmou.

Sem quorum, voto Paralela ficou pa...

Devido à falta de quorum no Plenário na terça-feira, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre, decidiu adiar para esta semana a conclusão da votação da chamada PEC Paralela (PEC 133/2019), que altera dispositivos da reforma da Previdência.

O texto-base foi aprovado em primeiro turno no dia 6, mas ficaram pendentes quatro destaques relativos a emendas rejeitadas pelo relator Tasso Jereissati (PSDB-CE).

A PEC Paralela permite que estados e municípios adotem as mesmas regras dos servidores públicos civis da União por meio de lei ordinária, e não de emenda às constituições estaduais, o que facilita a aprovação pelos legislativos dos entes federados. O texto também define regras diferentes para servidores da segurança pública e permite a criação do benefício universal infantil, previsto na

Presidente quer consenso para reforma tributária

A busca de consenso em torno das três propostas de reforma tributária em tramitação deve ser uma das prioridades do Parlamento, afirmou na terça-feira o presidente do Senado, Davi Alcolumbre. Segundo ele, Câmara e Senado trabalham para estruturar uma comissão especial que produza um texto consensual até o primeiro semestre de 2020 que possa ser votado o mais rapidamente possível.

Hoje há três textos em tramitação: a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 110/2019, que tem Davi como primeiro signatário e aguarda avaliação dos senadores, e as PECs 45/2019, do deputado Baleia Rossi (MDB-SP), e 128/2019, do deputado Luis Miranda (DEM-DF), que esperam aprovação

dos deputados.

— A gente não pode ter três propostas de reforma tributária, a gente precisa ter uma, quem tem três não tem nenhuma. O presidente [da Câmara] Rodrigo Maia está sensível, os líderes da Câmara estão, no Senado já conversei com vários senadores para a gente formar essa comissão mista especial com 90 ou 120 dias de duração para unificar os textos da Câmara e do Senado, ver o que tem conciliação, o que tem voto e trazer o governo para dentro do debate e apresentar, se tudo der certo, no primeiro semestre do ano que vem, uma reforma que seja votada na Câmara e o Senado num prazo o mais rápido possível — avaliou.

Davi também confirmou a intenção de levar aos líderes a proposta de uma nova Assem-

bleia Constituinte, que havia mencionada em entrevista mais cedo. Segundo ele, há duas correntes divergentes em relação à mudança proposta pela PEC 5/2019, que prevê a prisão em segunda instância. A dúvida é se ela fere ou não cláusulas pétreas da Constituição (o art. 5º, das garantias fundamentais). O receio de Davi é que o Congresso aprove a alteração, mas que ela seja judicializada, com a constitucionalidade questionada.

A PEC 5/2019, do senador Oriovisto Guimarães (Podemos-PR), que prevê a execução provisória da pena após a condenação por órgão colegiado, ou seja, em segunda instância, está pronta para votação na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), mas alguns senadores querem levá-la diretamente ao Plenário.

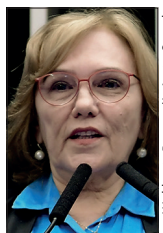
Marcio Bittar comemora a promulgação da reforma da Previdência

Marcio Bittar (MDB-AC) aplaudiu na terça-feira em Plenário a promulgação da reforma da Previdência, dizendo que essa foi a maior reforma da história. O senador observou que o Congresso soube conviver democraticamente e superar as crises políticas, que não interferiram no cumprimento de seu dever, ao aprovar uma reforma estruturante para o país.

— Nós acabamos com as aposentadorias precoces e milionárias e com um sistema injusto em que quase 90% da população aposentada vivem com dois salários mínimos, sustentando aqueles que se aposentavam com 45 anos, 50 anos de idade.

Zenaide Maia cobra medidas para gerar emprego e renda

Zenaide Maia (Pros-RN) cobrou na terça-feira em Plenário medidas para gerar emprego e renda, dizendo que não há pauta mais importante. Ela lembrou que há 38 milhões de brasileiros desempregados ou subempregados. Além disso, 13,5 milhões de pessoas vivem na extrema pobreza. A senadora criticou a urgência da reforma da Previdência e lembrou que se passaram dois anos da aprovação da reforma trabalhista, com a promessa de gerar milhões de empregos. No entanto, não houve nem um milhão de novas vagas geradas com carteira assinada.



evidência



Pedro Franco/Agência Senado

erou o sistema previdenciário do país

cação da PEC ra esta semana

proposta inicial da reforma. Ficaram pendentes o destaque do PT, que assegura 100% da média de contribuições aos aposentados por invalidez; o da Rede, que inclui regras de transição para o cálculo da aposentadoria; o do PSDB, que garante o abono permanência para os servidores que já tinham esse direito antes da promulgação da reforma; e o do Pros, que suprime a idade mínima para os trabalhadores expostos a agentes nocivos à saúde. A PEC Paralela ainda terá de ser votada em segundo turno pelo Plenário antes de seguir para a Câmara. Davi Alcolumbre afirmou estar confiante na conclusão da votação. — Nós temos nossas prioridades e vamos seguir firmes nessa estrada do desenvolvimento, do progresso, da prosperidade para fazer do nosso país o país que todos queremos — opinou.

Soraya lamenta rejeição de MP que desobriga balanços em jornais

Soraya Thronicke (PSL-MS) lamentou na terça-feira a rejeição da Medida Provisória 892/2019, que dispensa empresas de publicar demonstrações financeiras em jornais impressos. Mais cedo, a comissão mista encarregada de analisar a MP havia rejeitado o parecer de Soraya, que recomendava a aprovação do texto. Os parlamentares aprovaram outro parecer, de Rose de Freitas (Podemos-ES), que concluiu pela inconstitucionalidade da medida provisória. Segundo Soraya, a rejeição de seu relatório mantém altos custos para as empresas.



Roque de Sá/Agência Senado

Aprovado projeto que amplia saque anual do FGTS para R\$ 998

O Plenário aprovou na terça-feira a medida provisória que cria a modalidade de saque-aniversário nas contas vinculadas do FGTS, independentemente da ocorrência de demissão ou financiamento da casa própria. O texto do Projeto de Lei de Conversão 29/2019, derivado da MP 889/2019, será encaminhado à sanção presidencial. A proposição permite aos trabalhadores optar por sacar um percentual dos saldos de suas contas do FGTS anualmente, no mês de seu aniversário. Editada em julho, a MP permitiu aos trabalhadores com contas vinculadas ao fundo um saque imediato de até R\$ 500. De acordo com o projeto, o valor do saque vai para R\$ 998. O saque de valores residuais de até R\$ 80 ocorrerá após 180 dias da publicação da lei. Outra mudança incluída no texto pelo

relator, deputado Hugo Motta (Republicanos-PB), permite o saque da conta do FGTS caso o trabalhador ou qualquer de seus dependentes tenha doenças raras. O projeto aprovado também dá fim ao pagamento adicional, pelas empresas, de 10% sobre os depósitos no caso das demissões sem justa causa, como determinado pela Lei Complementar 110, de 2001.

Transparência

Em relação às regras de transparência do FGTS, o projeto estabelece que as demonstrações financeiras deverão estar concluídas até 30 de abril de cada ano, e não mais em dezembro, para que a auditoria externa criada para o Conselho Curador do FGTS tenha tempo hábil de analisar as contas e, assim, viabilizar a distribuição dos recursos aos trabalhadores.

Para garantir maior transparência, o texto estabelece a obrigatoriedade de transmissão ao vivo, pela internet, das reuniões do Conselho Curador, sendo que as gravações poderão ser acessadas a qualquer momento no site do FGTS, resguardada



Roque de Sá/Agência Senado

Para Amin, é melhor que o dinheiro fique à disposição do contribuinte

a possibilidade de tratamento sigiloso de matérias assim classificadas na forma da lei. Para favorecer o equilíbrio econômico-financeiro do FGTS, o texto cria uma transição na limitação das doações do fundo a programas sociais habitacionais. Em 2020, esses descontos estarão limitados a 40% do resultado efetivo do FGTS. Em 2021, o limite será de 38%. Cairá para 34% em 2022 e, a partir de 2023, esse teto será permanente, de 33,3%. O senador Esperidião Amin (PP-SC) apoiou o projeto e disse que “é melhor o dinheiro ficar à disposição do contribuinte do que ficar entesourado como se do governo fosse”. O senador Chico Rodrigues (DEM-RR) disse que o texto representa uma “quebra de paradigma e importantes avanços”.
Com Agência Câmara

PEC da prisão em 2ª instância será votada na quarta em comissão

A presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), Simone Tebet (MDB-MS), disse na terça-feira que a PEC da prisão em segunda instância (PEC 5/2019) será votada no colegiado. Ela registrou que seu dever é pautar qualquer projeto que seja da vontade da maioria dos senadores e acrescentou que a PEC será o primeiro item da reunião de quarta-feira. Simone disse que acertou com o presidente do Senado, Davi Alcolumbre, um procedimento mínimo para a tramitação da PEC na CCJ e no Plenário. Segundo a senadora, é responsabilidade do Congresso se posicionar sobre o tema e não se pode tratar do assunto com base em caso específico, como o do ex-presidente Lula. Oriovisto Guimarães (Pode-

mos-PR), autor da PEC, pediu ao presidente Davi Alcolumbre que pautasse a PEC no Plenário assim que aprovada na CCJ. Segundo Juíza Selma (Podemos-MT), relatora na CCJ, os eleitores vão convencer os senadores que forem contrários à proposta. Para Alvaro Dias (Podemos-PR), a prisão em segunda instância será um salto civilizatório para o país. Segundo Lasier Martins (Podemos-RS), a PEC deve ter prioridade dentro da Casa. Eduardo Girão (Podemos-CE) cobrou que o texto seja pautado urgentemente no Plenário, mesmo sem passar pela CCJ. Por outro lado, Rogério Carvalho (PT-SE) disse que é preciso ter coragem para assumir que existe uma Constituição e que seu texto precisa ser respeitado.

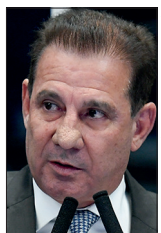
Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2020 é sancionada com 25 vetos

Foi publicada no *Diário Oficial da União* de terça-feira passada a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2020. A nova lei recebeu 25 vetos presidenciais. Em seis deles, o presidente da República, Jair Bolsonaro, argumentou que os trechos envolvidos ferem o teto de gastos públicos e criam rigidez no Orçamento da União. Esse foi o caso de duas medidas propostas pelo Congresso para assegurar recursos para o Censo Demográfico de 2020 e de preservar verbas do Ministério da Educação, com autonomia para que as universidades federais decidissem onde alocar dinheiro após eventual contingenciamento. Bolsonaro vetou integralmente o Anexo de Prioridades e Metas, incluído pelo relator do projeto

da LDO, deputado Cacá Leão (PP-BA). Esse capítulo havia sido objeto de várias emendas parlamentares, que incluíram, entre outras, verbas para ciência e tecnologia, medicamentos de alto custo e tratamento de doenças raras. Foi vetado ainda o Plano de Revisão Periódica de Gastos, sugestão do Congresso Nacional para servir de base para decisões sobre financiamento de programas e projetos da administração pública federal a partir da priorização das despesas e da identificação de ganhos de eficiência na execução de políticas públicas. Atualmente é obrigatória a execução das emendas parlamentares individuais e, até determinado limite, as de bancada estadual.
Da Agência Câmara

Vanderlan diz que há motivos para festejar os 300 dias do governo

Vanderlan Cardoso (PP-GO) fez na terça-feira um balanço das atividades do Legislativo e do Executivo nos 300 primeiros dias do ano. Para ele, a mensagem passada pela imprensa muitas vezes é a de que o governo e o Congresso não estão trabalhando pelo bem do país, mas a verdade é que o período teve muitos resultados positivos. — Eu sou um grande otimista. Acredito no crescimento do Brasil, acredito em cada brasileiro e acredito no potencial federal, com o presidente Jair Bolsonaro e seus ministros.



Roque de Sá/Agência Senado

Randolfe: destruição da seguridade impactará as futuras gerações

Randolfe Rodrigues (Rede-AP) criticou na terça-feira a cobrança de contribuição previdenciária de quem recebe seguro-desemprego, criada pela MP 905/2019. Para ele, o texto, que lança o Contrato de Trabalho Verde e Amarelo, precariza as relações de trabalho sob o argumento de gerar empregos para os jovens. — É taxação de um seguro para o cidadão quando está desamparado! É taxação quando ele está desamparado de qualquer provimento, quando ele não tem emprego. Estamos falando de 12 milhões de brasileiros.



Roque de Sá/Agência Senado

Para Humberto, decisão restaura o princípio da presunção de inocência

O líder do PT, Humberto Costa (PE), disse que a decisão do STF contra a prisão de condenados em segunda instância restaurou o princípio constitucional da presunção de inocência. Para ele, os ministros garantiram o cumprimento de um direito individual para impedir que inocentes como o ex-presidente Lula cumpram pena injusta. O senador argumentou que, sem sentença condenatória transitada em julgado, não há motivo para privação de liberdade. Ele sugeriu, como medida contra a morosidade dos processos, que a Justiça seja mais ágil.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Faltou bom senso ao STF sobre segunda instância, diz Plínio

Plínio Valério (PSDB-AM) apontou o descontentamento do Brasil com a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF). Por 6 votos a 5, os ministros decidiram dar fim à execução da pena de condenados em segunda instância. Com a decisão, réus já condenados que ainda têm recursos a serem julgados no Superior Tribunal de Justiça e no STF podem ser soltos. Para ele, faltou bom senso aos ministros. Ele ressaltou ainda que a Operação Lava Jato significou um momento histórico para o Brasil e que, a partir da operação, houve um rompimento com a impunidade. — Antes da Lava Jato, rico não ia preso — afirmou.

Projeto que amplia combate ao tabagismo vai à Câmara

Texto aprovado no Plenário prevê medidas para desestimular contato de crianças e adolescentes com o fumo, como a mudança de embalagens e a redução da exposição de produtos em pontos de venda

O SENADO APROVOU o projeto que amplia medidas de combate ao tabagismo. Do senador José Serra (PSDB-SP), o PLS 769/2015 foi relatado pela senadora Leila Barros (PSB-DF) e segue agora para a Câmara dos Deputados. Serra disse que a medida é crucial para a saúde da população.

— Hoje o Senado dá uma mensagem clara de que a saúde dos brasileiros é prioridade — afirmou.

Leila elogiou Serra pelo “trabalho incansável” contra o tabagismo há décadas e disse que, nos anos 1980, 30% dos brasileiros fumavam, enquanto hoje apenas 10% da população fuma, graças às restrições à propaganda de cigarro.

— Mas existe uma campanha, uma política ferrenha da indústria do tabagismo, que tenta assediá-lo de forma insistente, com vários artifícios, a juventude do nosso país, e a gente tem que estar o tempo todo em alerta — disse.

Os senadores Eduardo Braga (MDB-AM), Rogério Carvalho (PT-SE), Eduardo Girão (Podemos-CE) e Humberto Costa (PT-PE) também elogiaram o projeto e o empenho do autor e da relatora, dizendo que a



Requie de Sá/Agência Senado

Para a relatora, Leila Barros, medida é crucial para a saúde da população

proposta ajudará a reduzir o número de fumantes no país.

Já o senador Luis Carlos Heinze (PP-RS), contrário ao projeto, afirmou que as 180 mil famílias que se sustentam com o plantio de fumo nos estados de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul serão prejudicadas.

— O que estão fazendo hoje com o cigarro, amanhã vão fazer com a cerveja e com o refrigerante — disse Heinze.

Mortes

Braga afirmou que há seis milhões de mortes por ano no mundo relacionadas ao tabagismo.

— O que o Senado da República está votando, ao aumentar a restrição com relação a uma propaganda

muitas vezes enganosa, que induz os jovens ao consumo inadequado do tabagismo, ao consumo inadequado do álcool, pode fazer a diferença entre a vida e a morte — disse Eduardo Braga, relatando que fumou até ter um câncer de bexiga, decorrente do hábito, há 15 anos.

O texto aprovado conta com várias medidas para desestimular o contato de crianças e adolescentes com o fumo. Entre elas, estão a proibição da exposição de produtos destinados ao fumo em pontos de venda, alterações nas embalagens de cigarros, eliminação de substâncias que conferem sabor e aroma a esses produtos e punição para quem fumar em veículos com menores de 18 anos.

Comissão aprova alerta em rótulo de remédio sobre risco de doping

A Comissão de Educação (CE) aprovou na terça-feira projeto que obriga os laboratórios a trazerem um alerta na bula e no rótulo de medicamentos sobre eventuais riscos de provocar doping. O PLC 68/2016 recebeu parecer favorável da relatora, Leila Barros (PSB-DF). Pelo projeto, a advertência “contém substância considerada doping no esporte” deverá vir registrada em medicamentos de uso humano e veterinário.

O descumprimento deverá configurar infração sanitária.

— É uma situação real. A [campeã olímpica de atletismo pelo Brasil] Maurren Maggi, por exemplo, foi suspensa por dois anos porque usou um creme depois de uma sessão de depilação definitiva. Ela não sabia da composição e o exame deu positivo para doping — citou a senadora.

O projeto segue para análise da Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Proposta pode criar Dia Nacional de Combate à Poluição nos Oceanos

O combate à poluição em praias e ambientes marinhos pode ganhar um reforço. A Comissão de Educação (CE) aprovou na terça-feira projeto que institui 8 de junho como o Dia Nacional de Combate à Poluição nos Oceanos e de Limpeza das Praias.

Relatado pelo senador Fabiano Contarato (Rede-ES), o PLC 112/2018 segue para votação no Plenário.

Avança punição dura para bebida alcoólica em estádios

O Estatuto do Torcedor poderá punir duramente quem oferecer, armazenar, distribuir ou vender bebida alcoólica no interior de estádios. Essa é a intenção do PL 3.788/2019, aprovado na terça-feira pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE). O texto determina pena de reclusão de dois a quatro anos, mais multa e impedimento de o condenado ir a qualquer evento esportivo ou até se deslocar pelas proximidades do estádio pelo prazo de dois a quatro anos.

O projeto, do senador Eduardo Girão (Podemos-CE), faz outras mudanças no Estatuto do Torcedor (Lei 10.671, de 2003). No artigo que trata do crime de promover tumulto, praticar ou incitar a violência em espaços esportivos, a proposta sugere o aumento da pena, hoje estipulada em um a dois anos de reclusão, para um a três anos, mais multa. E ainda estabelece que a pena será aumentada em um terço se quem cometeu o crime estiver sob efeito de álcool ou drogas.

O relator, senador Plínio Valério (PSDB-AM), reco-

nheceu que notícias sobre confrontos envolvendo pessoas alcoolizadas em eventos esportivos têm sido cada vez mais frequentes. Eduardo Girão destacou que um lobby poderoso das empresas de bebida tenta reverter, nos estados e no Supremo Tribunal Federal, a proibição da lei federal sobre bebidas nos estádios. Leila Barros (PSB-DF) disse que a violência chega aos atletas, árbitros e todos os envolvidos na realização dos eventos. Fabiano Contarato (Rede-ES) lembrou que o álcool provoca acidentes de trânsito e põe o Brasil entre as primeiras posições em rankings de mortes no mundo. Confúcio Moura (MDB-RO) destacou que primeiro é preciso punir e educar. Mais tarde, a abstenção deve virar uma questão cultural.

— Antigamente os pais fumavam em casa na frente dos filhos, acendiam cigarros em aviões, em restaurantes fechados. Hoje em dia isso é impensável. Assim será com a bebida nos estádios.

O projeto segue para votação final na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Rose de Freitas anuncia licença de 4 meses para tratamento de saúde

Rose de Freitas (Podemos-ES) anunciou na terça-feira que vai se licenciar do cargo pelo período de quatro meses para tratamento médico. Em seu lugar, assumirá Osvaldo Pastore (MDB). A senadora informou que há dois anos enfrenta dificuldades de locomoção e nos últimos dias, após uma sequência de exames, descobriu estar acometida por uma infecção bacteriana, chamada riquetsia, causada pela picada de um carrapato. Ela agradeceu aos senadores e ao presidente da Casa, Davi Alcolumbre.



Waldemir Boreiro/Agência Senado

Kajuru critica políticos que estimulam a intolerância no país

Jorge Kajuru (Cidadania-GO) criticou o elevado grau de divergência política que se instaurou no país. Segundo ele, a intolerância entre pessoas que pensam diferente têm sido estimuladas por líderes políticos. Esse cenário é, para Kajuru, danoso ao funcionamento da democracia por ter como consequência a perda de confiança do povo nas instituições e pelo desapeço à democracia.

— Lideranças políticas parecem se preocupar mais com os objetivos de curto prazo do que com os interesses do país.



Waldemir Boreiro/Agência Senado

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Davi Alcolumbre
Primeiro-vice-presidente: Antonio Anastasia
Segundo-vice-presidente: Lasier Martins
Primeiro-secretário: Sérgio Petecão
Segundo-secretário: Eduardo Gomes
Terceiro-secretário: Flávio Bolsonaro
Quarto-secretário: Luis Carlos Heinze
Suplentes de secretário: Marcos do Val, Weverton, Jaques Wagner e Leila Barros

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Érica Ceolin
Coordenadora-geral: Luciana Rodrigues
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Sílvio Burtle
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editora-chefe: Fernanda Vidigal

Edição e revisão: Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Pedro Pincer e Thâmara Brasil

Diagramação: Claudio Portella, Ronaldo Alves e Sandro Alex

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Autonomia do BC vai ao Plenário com urgência

A Comissão de Assuntos Econômicos aprovou proposta de Plínio Valério relatada por Telmário Mota que trata apenas da autonomia funcional, e não de independência administrativa e financeira

A COMISSÃO DE Assuntos Econômicos (CAE) aprovou na terça-feira o projeto de autonomia do Banco Central (BC). A proposta (PLP 19/2019 — Complementar) fixa em quatro anos o mandato dos dirigentes do BC, permitida uma recondução. O projeto vai ao Plenário com urgência a pedido da comissão.

Atualmente o BC é uma autarquia federal, vinculada ao Ministério da Economia, cujas tarefas são formular e executar a política monetária, manter a inflação dentro da meta e guardar as reservas internacionais do país.

De Plínio Valério (PSDB-AM), o projeto recebeu nova redação do relator, Telmário Mota (Pros-RR), que recomendou a aprovação do texto na forma de um substitutivo.

Pela proposta, o mandato do presidente do BC começará no primeiro dia útil do terceiro ano do mandato do presidente da República.

Já a nomeação dos oito diretores será feita de forma escalonada. Dois serão nomeados a cada ano de governo. A proposta de Plínio



Telmário Mota foi o relator da proposta, de autoria de Plínio Valério



estabelecia que os mandatos começariam junto com o do presidente do BC, mas os dois senadores concordaram em intercalar os mandatos do BC e da Presidência, para blindar o banco de pressões políticas do Executivo e garantir ao BC estabilidade e tempo para planejar e executar a política monetária.

“Trata-se de uma questão importante, particularmente em anos eleitorais e quando há, no poder, governos com viés populista, seja ele de direita ou de esquerda”, aponta Telmário.

Ele considera que o projeto em análise no Senado é mais adequado do que a proposta

do Executivo que está na Câmara (PLP 112/2019), pois não trata da autonomia administrativa e financeira da autarquia, “mas tão somente da autonomia da política monetária”.

“Muitas das vezes a chamada autonomia administrativa e financeira tem levado ao estabelecimento de privilégios corporativistas a beneficiar os servidores dessa ou daquela instituição de maneira muito particular. A autonomia administrativa e financeira e a autonomia e exclusividade para a política cambial são desnecessárias a um projeto que conceda autonomia ao BC”, aponta o relator.

BNDES pode ser proibido de conceder crédito a países

Projeto de lei que proíbe o BNDES de financiar ou prorrogar a validade de operações já contratadas com governos estrangeiros avançou na terça-feira, com a aprovação de parecer pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

O PLS 261/2015, que segue para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), foi aprovado com emendas para permitir o financiamento da exportação de bens produzidos no Brasil e adquiridos por governos estrangeiros.

O autor da proposta, Reguffe (Podemos-DF), afirmou que a aplicação de recursos públicos brasileiros no exterior, diante dos problemas no Brasil, é “inaceitável e absolutamente revoltante”.

Em parecer favorável, Plínio Valério (PSDB-AM) explicou que o projeto tem o objetivo de impedir que novas operações de financiamento do BNDES a governos estrangeiros gerem prejuízos ao país, seja devido à inadimplência dos governos, seja pela redução da disponibilidade de recursos para investimento no Brasil. Ele citou os casos de empréstimos a Venezuela, Cuba e Moçambique como exemplos.

“É preciso ressaltar que as perdas não se limitaram aos valores não pagos pelos governos estrangeiros, pois houve subsídios diretos e indiretos assumidos pelo Tesouro Nacional para viabilizar essas operações. Em termos macroeconômicos, o resultado dessas operações também foi negativo”, afirma o senador, no relatório.

O relator aceitou emendas de autoria de Kátia Abreu (PDT-TO), para que a proposta não prejudique a indústria nacional. As emendas alteram tanto o PLS 261/2015 quanto a Lei Complementar 95/1998, modificada pelo projeto. Nelas, ficaram excluídos da proibição o financiamento da exportação de bens e serviços produzidos no Brasil.

“Mais recentemente, o apoio do BNDES às exportações de serviços de engenharia, construção e software tem passado por forte expansão. Hoje, a carteira de operações para projetos de infraestrutura inclui um grande conjunto de hidrelétricas, gasodutos, aquedutos, metrô, redes de transmissão de energia e de distribuição de gás”, justifica a senadora.

Polêmica adia votação de projeto sobre compra de terras por estrangeiros

As Comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Agricultura (CRA) adiaram a votação do projeto que libera a compra de terras por estrangeiros no Brasil (PL 2.963/2019), do senador Irajá (PSD-TO). A decisão estava prevista para a terça-feira, mas foi cancelada depois que Paulo Rocha (PT-PA) e Esperidião Amin (PP-SC) afirmaram que a proposta compromete a soberania nacional e as estratégias de industrialização. O vice-presidente da CAE, Plínio Valério (PSDB-AM), concedeu vista coletiva ao projeto.

Paulo Rocha e Jaques

Wagner (PT-BA) sugeriram pelo menos duas audiências públicas antes da votação, mas os requerimentos foram rejeitados.

— Tudo que tem sido feito desde 2016 é sempre com a mesma justificativa. De que precisamos atrair investimentos estrangeiros para nos desenvolvermos. Retiraram direitos dos trabalhadores nas reformas trabalhista e da Previdência com esta justificativa. E agora recentemente, no leilão do pré-sal, cadê estes tais investidores? Justo numa riqueza cobiçada por todo o mundo, os leilões fracassaram.



Autor da proposta, Irajá defende seu ponto de vista ao lado de Rodrigues

A prioridade no interior é desenvolver a infraestrutura e fazer a regularização fundiária — disse Paulo Rocha.

Irajá disse que o projeto não é um “liberou geral” de terras

para estrangeiros.

— Na verdade, o projeto é até conservador e cauteloso. Tanto que já tem o apoio de 11 entidades do agronegócio brasileiro e da Confederação

Nacional da Indústria (CNI). Todos os setores do agro o apoiam, como os da celulose, de grãos, da carne e da proteína vegetal. Estas entidades calculam que, após a aprovação, atrainos R\$ 50 bilhões por ano em novos investimentos — argumentou.

No que tange à soberania, o senador destaca que a faixa de 150 quilômetros ao longo das fronteiras não poderá ser negociada, assim como há no projeto limite de 25% de terras para estrangeiros em cada município e restrições à compra de terras no bioma amazônico.

Colegiado rejeita MP sobre publicação de balanços

A comissão mista da medida provisória que dispensa a publicação de balanços de grandes empresas nos jornais impressos (MP 892/2019) rejeitou na terça-feira, por 13 votos a 5, o relatório da senadora Soraya Thronicke (PSL-MS). A MP altera a Lei das Sociedades por Ações (Lei 6.404, de 1976) para permitir que empresas de sociedades anônimas divulguem seus balanços e demais documentos de publicação obrigatória

apenas nos sites da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), da própria empresa e da bolsa de valores onde suas ações são negociadas.

A relatora ainda acatou emenda apresentada pelo senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) para retomar a necessidade de publicação dos atos e demonstrações financeiras, na forma resumida, em jornal de grande circulação.

Parlamentares governistas apontaram a redução de cus-

tos como uma das justificativas para a MP.

Rejeitado o relatório de Soraya, o colegiado aprovou parecer da senadora Rose de Freitas (Podemos-ES), pela inconstitucionalidade e pela rejeição da MP. Senadores e deputados contrários à MP atribuíram a medida à “briga” entre o presidente Jair Bolsonaro e alguns veículos de comunicação e classificaram a medida como um “ataque à democracia”.

Sancionada a nova organização básica do governo federal

A nova configuração da Presidência da República foi ratificada a partir da sanção com vetos da Lei 13.901, de 2019. Entre outros pontos, o texto — publicado no *Diário Oficial da União* de terça-feira — reformula atribuições da Casa Civil, da Secretaria de Governo e da Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimentos.

A proposição foi sancionada

com o veto a dois dispositivos. O primeiro estabelece que a secretaria especial manterá mecanismos de diálogo com as confederações patronais setoriais, comissões e frentes parlamentares do Congresso do setor de infraestrutura.

Também foi vetado dispositivo segundo o qual as nomeações para o Dnit serão precedidas, individualmente, de aprovação pelo Senado.



Sindicalistas e agricultores familiares se colocam contra o texto de Izalci (D) em sessão dirigida por Paim (C)

Regra para salário-educação avança e será debatida hoje

Na Comissão de Educação, representantes do FNDE, de sindicatos e de associações de agricultores familiares se manifestaram contra o projeto. Eles temem o mau uso da verba por estados e municípios

A COMISSÃO DE Educação (CE) faz hoje às 14h uma audiência pública para que especialistas em educação e representantes de diversas categorias sejam ouvidos sobre o projeto que transfere a cota da União do salário-educação para estados e municípios (PL 5.695/2019).

Na terça-feira passada o texto foi aprovado pela CE sob protestos de representantes de sindicatos, associações de agricultores familiares e servidores do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Agora a proposta precisa passar pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em caráter terminativo, antes de ser enviado à Câmara.

Quatro senadores se abstiveram de votar: Leila Barros (PSB-DF), Paulo Rocha (PT-PA), Fabiano Contarato (Rede-ES) e Paulo Paim (PT-RS), que propôs o debate de hoje. Eles preferiram esperar para ouvir os argumentos contrários.

Do senador Izalci Lucas (PSDB-DF), o projeto prevê que os recursos do salário-educação saiam direto do Tesouro Nacional para os entes federados. O aporte não é considerado despesa da União e, portanto, não fere o teto de gastos.

— A única forma de aumentar o orçamento para a educação era tirar o salário-educação do teto. Na prática, com esse projeto, será possível colocar mais R\$ 9,3 bilhões na educação — explicou Izalci.

Segundo ele, uma parte desses recursos será usada para pagar bolsas da Capes, financiar a educação infantil e as mudanças previstas nos ensinos médio e técnico.

O senador participa da subcomissão do Orçamento 2020 para a educação. Ele disse que, se no Orçamento deste ano as verbas para educação foram insuficientes, no de 2020 serão ainda menores. Por isso Izalci afirmou que corre contra o tempo para que os recursos entrem no Orçamento de 2020.

Emenda

A CE aprovou a proposta após negociar emenda ao relatório do senador Dário Berger (MDB-SC) com modificações sugeridas pelos representantes do FNDE e de sindicatos. Entre outros pontos, eles temem a descontinuidade dos Programas de Alimentação Escolar, de Apoio ao Transporte do Escolar, do Livro e do Material Didático e de Dinheiro Direto na Escola. Segundo eles, o

projeto torna essas políticas responsabilidade exclusiva de estados e municípios. A emenda obriga esses entes a empregar o dinheiro de acordo com o modelo estabelecido pelo governo federal.

O salário-educação financia programas, projetos e ações vinculados à educação básica pública. Hoje 40% da arrecadação para o salário-educação ficam com a União e 60% vão para estados e municípios.

A distribuição da verba para as redes estadual e municipais de ensino é feita de maneira uniforme e só leva em conta o número de matrículas. Não pode ser usada para pagamento de pessoal nem é contabilizada para fins de cumprimento dos investimentos mínimos em educação definidos pela Constituição. O dinheiro do salário-educação também é usado para consertos nas escolas, despesas gerais e compra de equipamentos.

Não é só no projeto de Izalci que o governo estuda mandar todo o salário-educação para estados e municípios. O tema está sendo discutido na PEC do Pacto Federativo (PEC 188/2019), que contém medidas para descentralizar recursos da União.

Oficiais de Justiça pedem proteção à categoria

Os oficiais de Justiça Francisco e Sandra foram mortos, em 2014 e em 2009, respectivamente, no exercício de suas funções. Os casos deles foram citados na audiência realizada na terça-feira na Comissão Mista de Combate à Violência contra a Mulher (CMCVM). O tema foi a segurança das mulheres que exercem o cargo, mas o debate se ampliou para a categoria de forma geral, que segundo as debatedoras, traz riscos inerentes.

Zenaide Maia (Pros-RN), que presidiu o debate, afirmou

que é preciso dar visibilidade ao que os oficiais sofrem. No caso de Francisco, ele foi assassinado ao cumprir um mandado de intimação. Já Sandra iria apresentar mandado de apreensão de uma motocicleta.

— Quando é mulher, a violência é maior. Muitas vezes você ouve falar de oficial de Justiça, acha que só é aquele cara que vai entregar um papel e não sabe a importância que tem essa profissão — afirmou.

Outras reivindicações são o porte de armas, cursos de

capacitação e aperfeiçoamento, equipamento de proteção individual e canal direto para denúncias e acolhimento das vítimas de violência.

— Nós, mulheres, temos um agravante, porque além do assédio sexual, nós temos o medo constante da violência sexual — disse a representante da Federação das Entidades Sindicais dos Oficiais de Justiça do Brasil, Fernanda Gomes.

Zenaide disse que haverá outras audiências e que pretende levar o tema à Comissão de Direitos Humanos (CDH).

Avança autorização para a Universidade Federal do Xingu

O Pará pode ganhar mais uma universidade federal. Foi o que decidiu a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) ao aprovar o Projeto de Lei do Senado (PLS) 359/2017, que autoriza o Executivo a criar, por desmembramento da Universidade Federal do Pará (UFPA), a Universidade Federal do Xingu. O texto segue para a Comissão de Educação (CE), onde receberá decisão terminativa.

De Paulo Rocha (PT-PA), a proposta, aprovada na terça-feira, sugere a criação da quinta instituição universitária federal do Pará, duas delas já desmembradas de outras. O senador argumenta que o acesso às universidades no Pará é desafiador, com problemas que envolvem logística, financiamento e respeito à cultura e aos mo-

dos de produzir e viver das populações de cada uma das regiões. Por isso, é preciso aumentar as oportunidades de ensino superior e avançar na interiorização do ensino.

— É fácil implantar uma universidade dessas, desde que se tenha vontade política. Estamos chamando a atenção do governo sobre a necessidade de criação de uma universidade — disse o senador.

O relator, senador Zequinha Marinho (PSC-PA), apresentou emenda para deixar claro que a Universidade Federal do Xingu (UFX) será criada a partir do desmembramento do campus de Altamira da UFPA, de quem herdará bens e estrutura. A criação de universidade é uma prerrogativa do Executivo, por isso a proposta é apenas autorizativa.

Debatedores defendem criação do Dia da Educação Legislativa

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) debateu na terça-feira a criação do Dia Nacional da Educação Legislativa. A proposta consta do PL 5.868/2019, do senador Paulo Paim (PT-RS), em análise na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

Especialistas em educação legislativa destacaram a importância do tema como instrumento de formação de cidadania e de fortalecimento da democracia. O presidente da Associação Brasileira das Escolas do Legislativo e de Contas, Florian Madruga, explicou que a intenção é fazer com que o dia 15 de maio seja dedicado à celebração e à divulgação da educação

legislativa.

— Com as escolas, estamos abrindo a porta dos poderes legislativos municipais, estaduais e federal para que o cidadão conheça como funciona o Legislativo e saiba como se deve praticar a democracia — afirmou.

Para o diretor do Instituto Legislativo Brasileiro, Márcio Coimbra, a informação é a base para construção de um cidadão ativo na política.

O senador Nelsinho Trad (PSD-MS) concordou que a formação política dos cidadãos contribui para a qualidade da democracia. E afirmou que o Dia Nacional da Educação Legislativa ajudará conscientizar a população.

Izalci defende texto que aumenta recursos para a educação

Izalci Lucas (PSDB-DF) defendeu na terça-feira a aprovação, pela Comissão de Assuntos Econômicos, do PL 5.695/2019, que destina aos estados, ao DF e aos municípios a quantia da cota do salário-educação a que tem direito a União. A CAE pode deliberar sobre texto amanhã. Os recursos provenientes do salário-educação, que corresponde a R\$ 9,3 bilhões, hoje estão sujeitos ao teto de gastos da União. A distribuição aos demais entes da Federação não comprometerá os programas de alimentação, material escolar, disse o senador, que é o autor do projeto aprovado semana passada na Comissão de Educação (CE).

Paulo Paim lança livro de análise da conjuntura do país

Paulo Paim (PT-RS) anunciou o lançamento, no Espaço Ivandro Cunha Lima, no Senado, do livro *Tempos de Distopia*, em que trata do momento político, econômico e social. Na obra, lançada na terça-feira da semana passada, o senador analisa as preocupações da população e defende o diálogo entre toda sociedade. Só assim, disse, prevalecerá o respeito aos direitos sociais e à democracia.

— Que a gente fale mais da palavra amor e não fale da palavra ódio. Que a gente pense em unificar o nosso país. Eu não quero o nosso país na mesma situação de muitos países da América Latina — afirmou o senador.